



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

RESOLUÇÃO – CIB Nº 118 /2007, de 14 de dezembro de 2007.

Dispõe sobre a aprovação das solicitações de remanejamento de teto físico e financeiro entre os gestores municipais e estaduais dos recursos da PPI da Assistência

O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas através das disposições da Portaria nº 931/1997, em especial o art. 2º, expedida pela Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, c/c os arts. 5º e 14º, do Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/TO, e,

Considerando a deliberação do plenário da CIB que definiu o calendário para revisão dos Tetos SIA - Físicos e Financeiros da PPI da Assistência;

Considerando a análise, discussão e pactuação do Plenário da Comissão Intergestores Bipartite em Reunião Extraordinária realizada em 14 de dezembro 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar das solicitações de remanejamento de teto físico e financeiro entre os gestores municipais e estaduais dos recursos da PPI da Assistência na forma do anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.


Eugênio Pacceli de Freitas Coêlho
Presidente



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SAÚDE
DIRETORIA DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO E DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE

**PARECER TÉCNICO SOLICITAÇÕES DE
REMANEJAMENTO DE TETO E SERVIÇOS PPI 2007**

Data 29/11/07

ALVORADA – Ofício N.º 37 de 29/10/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: Todo o teto de patologia clínica fica na SEMUS de Alvorada, caberá ao gestor municipal apresentar a fatura dos pacientes ambulatoriais de urgência e emergência atendidos no Hospital. Os exames realizados para paciente internos serão controlados através de uma planilha, o HPP apresenta para SESAU e esta fará o pagamento ao município através do Termo de Compromisso entre Entes Públicos.

CAMPOS LINDOS – Ofício 82 de 27/09/07

Parecer: *Indeferido*

Motivo: Município não possui laboratório cadastrado no CNES. Nem trouxe a documentação necessária para o cadastro.

CRISTALÂNDIA – Ofício 173 de 17/09/07

Parecer: *Indeferido*

Motivo: Município não possui até a presente data o serviço cadastrado junto ao CNES. Nem trouxe a documentação necessária para o cadastro.

COMBINADO – Ofício 085 de 15/10/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: Necessidade real de repasse para CAPS de Porto Nacional. Retirado 60 Consultas do grupo 7C2 para Psiquiatria de Taquatinga e alocado em Porto Nacional no CAPS.

DIANÓPOLIS – Ofício 271 de 01/11/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: Necessidade real de repasse para CAPS de Porto Nacional. Retirado 300 Consultas do grupo 7C2 de Dianópolis e alocado em Porto Nacional no CAPS.

DIVINÓPOLIS – Ofício 084 DE 23/08/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: Município possui profissional, foi aprovado pela VISA. M1 Grupo 14 retirado 128 USG de Paraíso e alocado no município, ficando 12 USB no HRParaíso para atendimento de URG /EMERG.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SAÚDE
DIRETORIA DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO E DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE

FATIMA – Ofício 067 DE 12/11/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: Foram retirados 204 consultas do grupo 7C2 de Palmas e alocadas em Porto Nacional, sendo 144 de oftalmologia no Centro Oftalmológico e 60 para psiquiatria no CAPS.

GUARAÍ – Ofício 220 de 12/11/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: O serviço de endoscopia digestivo existe no território de Guaraí em um prestador privado que será contratualizado pelo Estado facilitando o acesso dos usuários de município.

GOIATINS – Ofício 014 de 10/08/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: Foi repassado para o município de Itacajá os procedimentos e valores dos Subgrupos: 11B1-339, R\$ 559,35; 11F1 - 441, R\$ 1.631,70; 9A2 - 921, R\$ 1.178,88; 7C2 - 375, R\$ 2.831,25; 11AA2 65, R\$146,25; 11DA2 55, R\$ 155,65 17B2 13 R\$ 21,97

LAGOA DO TOCANTINS – Ofício 065 DE 18/09/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: O município já possui o serviço cadastrado no CNES. O teto já foi alocado no município o mesmo deve apenas faturá-lo.

LUZINÓPOLIS – Ofício 063 de 28/11/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: Foram transferidos para Tocantinópolis os Tetos físicos e financeiros de alocados em Nazaré conforme solicitado no Ofício.

MIRACEMA – Ofício 370 DE 22/10/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: O município possui no Hospital de Referência os serviços de Ortopedia. Transferido de Palmas para Miracema alocados no HRM: Grupo 9A2 - 960 procedimentos; grupo 7C2 - 1.200 consultas. O grupo 8A2 todo o teto já está com o município.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SAÚDE
DIRETORIA DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO E DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE

MIRANORTE – Ofício 143 de 13/11/07

Parecer: *Indeferido*

Motivo: O município não possui:

- O Profissional Fonoaudiólogo e os Serviços de Ultrassonografia e Fisioterapia cadastrados no CNES.

Parecer: *Deferido*

Motivo: Os procedimentos 8A2 – Foi retirado todo o teto de Palmas – HGP. Alocado 60 procedimentos no MRM e 522 alocado no HMM, assim como as transferências solicitadas do grupo 9A2 – 10% do teto, cerca de 60 procedimentos ficam no HGP e os demais 583 foram alocados no HRM. Do Grupo 7C2, foi transferido 492 consultas de ortopedia para o HRM. Ficando 1980 em Palmas.

MONTE DO CARMO – Ofícios 93 e 94 DE 19/10/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: Foram retirados 200 consultas do Grupo 7C2 e alocados em Porto Nacional, sendo 100 para oftalmo e 100 para psiquiatria.

NOVA ROSALÂNDIA – Ofício 229 DE 07/11/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: Os recursos foram transferidos na PPI para o município de Cristalândia.

OLIVEIRA DE FÁTIMA – Ofício 50 de 07/11/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: Foram retirados 48 consultas do Grupo 7C2 de Palmas e alocados em Porto Nacional, sendo 24 para oftalmo e 24 para psiquiatria ano. Em Palmas ficou o teto de 270 consultas do grupo 7C2.

PONTE ALTA DO TOCANTINS - Ofício 71 de 30/10/07

Parecer: *Deferido parcialmente*

Motivo: Não existe consulta especializada de cardiologia na Policlínica de Porto Nacional, desta forma serão transferidos do Grupo 8B2, 35 procedimentos no valor financeiro de R\$ 598,85 e não os R\$ 855,50 solicitados pelo município para o grupo 7C2 que equivalem a 79 consultas especializadas em Porto Nacional, sendo 48 para oftalmologia e 31 para consultas de cirurgia geral no HRP. Foram alocadas em Porto Nacional 96 procedimentos do Subgrupo 7C2 para psiquiatria no CAPS. Do subgrupo 8B2 foram retirados 350 procedimentos de Palmas, ficando programados 87 para Porto Nacional e 215 para Palmas. O valor financeiro dessa transferência incrementou o subgrupo 8A2 e alocado em Porto Nacional ampliando para 511 procedimentos.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SAÚDE
DIRETORIA DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO E DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE

PORTO NACIONAL – Ofício 1517 de 22/10/07; 1.648 de 30/11/07; 1647

Parecer: *Deferido*

Motivo: A população de Luzimangues possui maior facilidade de acesso aos serviços localizados em Palmas capital. Foram retirados da programação de Porto Nacional e alocados em Palmas o teto físico dos seguintes subgrupos: 11A1 – 340; 11B1 – 260; 11 C1 – 340; 11D1 – 70; 11 E1 – 70; 11F1 – 120; 13A1 – 120; 13A2 – 120; 14A1 – 96.

Em relação ao recurso de Anatomia Patológico do subgrupo 14A3, os 796 procedimentos no valor total de R\$16.612,52 retornou para Porto Nacional (estava alocado em Palmas).

Em relação ao ofício 1.649 de 30/11/07 salientamos que as transferências ocorreram conforme as solicitações dos gestores municipais. A SESAU não possui autonomia para alterar a programação de recursos desta forma. Sugerimos a gestora de Porto Nacional que leve esta discussão para pauta do Colegiado de Gestão de Porto Nacional. As transferências feitas atendendo as solicitações dos gestores municipais foram: Fátima= 5 consultas/mês; Monte do Carmo = 8 consultas/mês; Oliveira de Fátima = 2 consultas/mês; Silvanópolis = 5 consultas/mês; Ponte Alta do Tocantins = 8 consultas/mês. O município de Ipueiras não se manifestou oficialmente.

Em relação ao Ofício 1647 da ASPEL a SESAU, salientamos que os tetos de dependem do que gestores municipais definiram nas suas programações. Lembramos que o faturamento dos procedimentos de CAF, Coleta de material para citologia, terapias em grupo e terapias individuais são procedimentos FAEC, faturados e pagos conforme produção apresentada e independem de pactuação da MAC; o exame de ECG faz parte do elenco de procedimento PAB e deverá ser feita negociação com o município de Porto Nacional.

SANTA TEREZINHA - Ofício 002 de 21/11/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: O município de Tocantinópolis tem condições de atendimento da demanda. Foi retirado de Araguaína e transferido para Tocantinópolis os procedimentos do Subgrupo 11A1, 11C1, e 11D1 permanecendo respectivamente 175, 150 e 300.

SILVANÓPOLIS – Ofício n.º 113 de 26/11/07, Ofício 119 de 10/12/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: foram alocadas 120 consultas ano para Porto Nacional destinadas ao atendimento oftalmológico e psiquiátrico. Ficaram com o município 304 Raio x do M1, ficando alocados 48 em Palmas e 48 em Porto Nacional e 142 no M2 ficando 18 em Porto Nacional.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SAÚDE
DIRETORIA DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO E DESCENTRALIZAÇÃO DA SAÚDE

TAIPAS - Ofício COSEMS 004 de 11/12/07

Parecer: *Deferido*

Motivo: Foram acrescidas para o 7C2 para o município de Porto Nacional 27 consultas de psiquiatria e 48 de oftalmologia

TOCANTINÓPOLIS - Ofício 210 de 20/11/07

Parecer: *Deferido parcialmente*

Motivo:

- O município não dispõe de profissional cadastrado para realizar consultas especializadas do M3;
- Os recursos do Grupo 10 foram alocados no subgrupo 7B1 aumentando para 5.311 atendimentos de urgência;
- Os recursos do Subgrupo 21D3 – prótese foi alocada em Araguaína permanecendo com o Estado o fornecimento de órteses e próteses;
- Foi acrescentado para o município 50 procedimentos do subgrupo 11AA3 ficando 92; 50 do Subgrupo 11BA3 permanecendo 82; e 800 do 11 FA3 permanecendo 918;
- Foi acrescido ao teto do município 1.200 procedimentos do subgrupo 7A2 ficando em Araguaína 300 e permanecendo os 500 em Augustinópolis;
- Foi acrescido ao teto do município 500 procedimentos do Subgrupo 7 B2 ficando 500 em Araguaína;
- Foi acrescido teto de 300 procedimentos do subgrupo 7C2 ficando 200 em Araguaína e 200 em Augustinópolis;
- Foram acrescidos 80 procedimentos do subgrupo 8A2 permanecendo 40 em Araguaína e 60 em Augustinópolis;
- Foram acrescidos 100 procedimentos do Subgrupo 14A2 permanecendo 50 em Araguaína e 50 em Augustinópolis.